

A burocracia em Michel Foucault

Marco Antonio Arantes¹

Resumo: Este artigo busca investigar as considerações de Michel Foucault sobre a burocracia. Para tanto, o texto investe na argumentação a favor da tese de que, para o filósofo, a burocracia e a racionalização ocidental estão pontilhadas por descontinuidades históricas, de maneira que os resultados das organizações burocráticas nem sempre correspondem aos efeitos reais, tornando-se irracionais e arbitrários quando petrificadas na sociedade. Esse artigo baseia-se na premissa de que a burocracia responde como uma nova racionalidade política na governamentalidade liberal, e conduz a uma individualização das racionalidades, ou seja, a um novo *ethos* e a um novo modo de vida, na medida em que o indivíduo exercita sua subjetividade como forma de maximização da competição de mercado. Daí resulta que para Foucault as relações de poder estão presentes nas instâncias burocráticas na governamentalidade liberal, determinando uma separação entre o poder governamental e o poder soberano, bem como na consolidação de uma cultura de medo e insegurança dos Estado-Providência e dos Estados totalitários.

Palavras-chave: Burocracia; Racionalização; Governamentalidade; Estado Providência; Liberalismo

The bureaucracy in Michel Foucault

Abstract: This paper aims at investigating Michel Foucault's arguments on bureaucracy. Thus, the writing invests in pro-argument of the thesis that, for this philosopher, western bureaucracy and rationalization are matched by historical discontinuities, so that the results of bureaucratic organizations do not always correspond to the real effects, therefore, they become irrational and arbitrary when fossilized in society. This study is based on the premise that bureaucracy responds as a new political rationality in liberal governmentality. It leads to an individualization of rationalities, that is, to a new ethos and a new way of life, as the individual exercises his subjectivity as a way of maximizing market competition. As a result, for Foucault, power relations are present in bureaucratic instances in liberal governmentality, determining a separation between governmental and sovereign power, as well as consolidating a culture of fear and insecurity in the welfare state and totalitarian states

KEY-WORDS: Bureaucracy; Rationalization; Governmentality; Welfare States; liberalism.

Introdução

O presente artigo se propõe a investigar o tema da burocracia na obra de Michel Foucault. Para isso, parte da premissa investigativa de que para o filósofo a burocracia é tratada como fruto de uma nova racionalidade política, cujos efeitos são observáveis na incidência de uma racionalização das individualidades, que é extensiva ao âmbito social, e que se traduz num novo modo de vida marcado pela ideologia do “empreendedor de si” e pela competitividade de mercado.

A burocracia é um tema que se encontra diluído, e muitas vezes, colocado em segundo plano na obra de Michel Foucault (1926-1984). Como foi observado por Castro (2016), comparando-o com Max

¹ Professor Associado do Curso de Ciências Sociais da Unioeste. Doutor em Ciência Política pela PUC-SP. E-mail: marco.arantes@zoho.com.

Weber (1864-1920) para quem a burocracia ocupa uma posição privilegiada em seu pensamento - ambos partem de uma reflexão histórica sobre nós mesmos, mas também intercaladas por várias diferenças.

Segundo Giddens, os escritos de Foucault corroboram para essa aproximação com as modalidades de poder analisadas por Foucault, levando-se em conta que representam “a contribuição mais significativa para a teoria da administração desde os textos clássicos de Max Weber sobre a burocracia” (GIDDENS, 1998, p.319).

É importante frisar que em Foucault, o tema da burocracia avançou para regiões inexploradas por Weber. O tema está ligado a concentração de poder, regulação, disciplina, controle social e análises sobre a previdência social, cuja implantação resultaria numa proletarização e estatização dos encargos sociais. Para Foucault, as relações de poder percorrem as instâncias burocráticas examinadas como governamentalidade, incidindo na separação entre o poder governamental e o poder soberano, bem como no medo e na insegurança dos Estados-Providência e dos Estados totalitários.

Para analisar o tema, é importante se ater as preocupações de Foucault, que nunca foi indiferente a dominação que marcou o século XIX e XX. Ela é perceptível na administração penitenciária, nos manicômios, nas escolas, nos hospitais, nos campos de concentração e nos projetos urbanísticos. Já Weber analisou fábricas, empresas e escritórios, sejam estatais ou particulares, assim como a gestão controladora do governo conduzida por uma administração burocrática. Giddens, portanto, não estava enganado quando constatou importantes estudos sobre a burocracia implícitos na obra de Foucault.

Para realizar a análise, parte-se do entendimento de que a burocracia está dispersa e imbricada ao tema das relações de poder, na historicidade genealógica do sujeito moderno que encontra uma margem de liberdade nas práticas burocráticas que os constituem. Ela pode ser notada na autonomização das penas e na criação de uma justiça penal após o desaparecimento das execuções públicas ocorridas no período dos suplícios. Também pode ser notado no enterramento burocrático das condenações, que acentuaram um recalçamento técnico das penas voltado para a “correção” e a “reeducação” do condenado, que veladamente expressava “uma certa discricção na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação” (FOUCAULT, 2014a, p.13).

A obra de Foucault explora uma pluralidade de temas, mas é o tema da burocracia que será tratado no artigo, tendo como pano de fundo os efeitos da racionalização na sociedade moderna. No que segue, o propósito é mostrar que a burocracia está presente nas instituições disciplinares como uma modalidade de poder individualizante que se projeta no corpo, determinando comportamentos normativos sustentados por um aparato administrativo, policial e judiciário, sem o qual não seria possível impor coerções e fazer contrair hábitos que estão ligados a prática da vigilância, da punição e do controle. A burocracia também diz respeito à segurança e a gestão de controle populacional, proteção das cidades e segurança nas relações comerciais no entorno das cidades.

Uma das principais obras analisadas é o seu curso do *Collège de France - Sécurité, Territoire, Population* (1977-1978). Nesta obra, Foucault afirmou que com o crescimento urbano, os ilegalismos entre as diferentes classes se proliferaram, o comércio se expandiu e o sistema de saúde respondeu às novas doenças urbanas. A circulação indicou um momento de reflexão sobre as cidades, uma reflexão em termos de soberania e de como uma cidade devia funcionar. A circulação diz respeito também à segurança no meio, sendo uma noção muito utilizada por arquitetos e urbanistas no início do século XVIII para refletir as mudanças do espaço urbano.

E funcionar burocraticamente envolvia falar em funções econômicas, morais e administrativas. O que estava em jogo era a eficácia política da circulação. E a burocracia teve um papel fundamental nessa organização espacial num contexto histórico mercantilista, cujo modelo científico e administrativo da ciência cameral teria se propagado no século XVII nas câmaras dos príncipes, responsáveis pelo planejamento dos órgãos administrativos e controle burocrático.

Num segundo momento de análise, a burocracia toma a forma da governamentalidade, envolvendo elementos burocráticos que não estariam diretamente ligados ao Estado, mas implicando em um equilíbrio entre técnicas de regulação e técnicas de si, ou seja, um equilíbrio entre técnicas exteriores e técnicas operadas pelo próprio sujeito no liberalismo, que é visto por Foucault como uma nova forma

de racionalidade política, impulsionando nos indivíduos um *ethos* e um modo de vida, e não apenas uma política econômica para o fortalecimento do mercado.

I. Burocracia e dispositivos de poder

Uma pergunta que deve ser feita é: até que ponto as instituições disciplinares podem ser consideradas uma análise da burocracia propriamente dita? O artigo parte da hipótese de que o tema da burocracia é atravessado por outras modalidades de poder, sendo que ela não está ligada a produção e a circulação do capital social, mas como uma unidade de poder que articula e produz instâncias de poder diversas e difusas. Ou seja, a burocracia não é vista como uma modalidade de poder centrada e materializada em alguma instituição, mas como uma instância descentrada, capilar, que produz germinações diversas que se multiplicam e se diversificam na sociedade.

Foucault é cauteloso ao utilizar o termo burocracia e não a trata como um conceito, mas entende que o funcionamento das instituições disciplinares exige uma dinâmica burocrática que passa pelas instâncias políticas e engrenagens disciplinares. Isto fica mais claro no curso de 1973-1974 – *O Poder Psiquiátrico*, obra que imprime um novo sentido para suas pesquisas sobre poder, afastando-se de uma definição do poder via soberania. Nas obras que se encaixam no período genealógico, como *Vigiar e Punir* (1975, data original) e *A Vontade de Saber* (1976, data original) haveria uma preocupação de Foucault com os dispositivos de poder. Ele cita vários tipos de dispositivos: de segurança, de sexualidade, carcerário, de saber, de verdade, de subjetividade. Segundo Chignola (2014), o uso do termo dispositivo não tem uma definição completa e é utilizado de forma generalizada por Foucault. “Um dispositivo é, portanto, em primeiro lugar, o ponto de ligação de elementos heterogêneos: discursos, sim, mas também os regulamentos, soluções arquitetônicas, decisões administrativas, proposições filosóficas e morais, tecnologias” (CHIGNOLA, 2014, p.7).

As obras *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber*, à época, marcam um deslocamento de suas pesquisas para o funcionamento do poder, e, por conseguinte, para pesquisas sobre a institucionalização e tipos de racionalidades de poder. Não que deixasse as análises discursivas de lado, mas “faltava ao seu trabalho a análise do poder, da relação entre o discursivo e o não discursivo” (CASTRO, 2016, p.124). Neste ponto, aprofundou questões ligadas aos regulamentos, costumes, hierarquias, burocracias e tecnologias econômicas.

Em Foucault a burocracia desponta como uma instância de poder que se converge em quatro modalidades de poder que atravessam a sua obra: o poder disciplinar, biopoder, biopolítica e governamentalidade. Em todas as modalidades a burocracia está presente, seja atuando sobre o corpo ou sobre a população. Quando ele analisa as modalidades de poder, ele questiona a ciência, a racionalidade, a liberdade e a modernidade. Notoriamente Foucault pensou o poder disciplinar como um poder individualizante que atravessa o corpo, mas que não se limitava as questões biológicas e fisiológicas. Notoriamente, o poder disciplinar é uma modalidade de poder que surge no século XVII com a criação das prisões, na mesma época da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Trata-se de um poder que opera politicamente sobre o corpo, produzindo relações de poder que podem supliciá-lo, modificá-lo, sujeitá-lo e marcá-lo. Embora se trate de um poder individualizante, ele tem como pilar o Estado administrativo e burocrático. Tais estudos conduziram Foucault aos efeitos de verdade de uma ciência e os seus efeitos de poder “demonstrando a existência de uma correlação entre os três poderes: econômico, político e médico” (BERT, 2013, p.76).

A burocracia, neste contexto, teria a função de hierarquizar, punir, vigiar e segmentar nas engrenagens disciplinares. No mais, em decorrência da utilização econômica dos corpos num sistema de sujeição e da necessidade do indivíduo, formar-se-ia uma estrutura burocrática investida de relações de poder e dominação que conduziria os corpos a obediência e a submissão. Segundo Motta, o mecanismo de disciplina “codifica perpetuamente o permitido e o proibido, ou melhor, diz ele, codifica o obrigatório e o proibido” (MOTTA, 2012, p. XL).

O poder disciplinar significa também administrar sem o uso de armas e força física, mas por intermédio de uma tecnologia do corpo que é utilizada pelos aparelhos e instituições, ou seja, estão presentes na sociedade como formas difusas, capilares e microfísicas que extravasam os limites do Estado. “O corpo é investido por relações de poder e dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição” (FOUCAULT, 2014, p.29).

No biopoder, que é uma tecnologia de poder incrustado em técnicas, discursos, tratados e concepções que incidem sobre o corpo e dará origem a biopolítica, despontará uma burocracia que atuará sobre o corpo e a alma dos indivíduos, ditando às regras para a produção de um corpo normatizado. Como conceito, o biopoder “representa a síntese do moderno enquanto racionalidade funcional do poder que investe a vida, enquanto racionalidade instrumental da ação econômica que determina uma progressão cada vez mais abrangente do domínio capitalista” (NEGRI, 2016, p.157). Na biopolítica a burocracia tem um alcance coletivo, sendo que o Estado aparece como o grande aparelho de regulação e controle populacional, tais como controle de natalidade, óbitos, controle de endemias, pandemias, segurança pública, controle sobre a educação e a saúde pública, além da regulação sobre as previdências públicas e privadas. Na biopolítica dá-se o encontro entre o poder disciplinar individualizante e o controle populacional, de maneira que ambos “constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1988, p.131).

A burocracia também toma a forma de governamentalidade no momento em que Foucault desloca as suas pesquisas para o modelo de governo e estudos sobre neoliberalismos. O foco de suas pesquisas ficará centrado na observância das condutas, ou mais precisamente, a maneira de conduzir a conduta dos outros. Governar para Foucault tem um sentido específico. Foucault rejeita explicitamente a visão de que governar é um exercício direto do poder, como por exemplo, a relação de mando e obediência. Governar significa para si conduzir a forma do outro se conduzir. Por conseguinte, propõe uma ampla análise sobre as práticas governamentais e a nova racionalidade burocrática que estabelecerá às técnicas específicas de gestão da população que surgiram a partir do século XVI. Essa racionalidade política-histórica imposta pela governamentalidade, repousará sobre os mecanismos de segurança, sendo que a burocracia viabilizará os aparatos específicos do governo. E, nessa configuração social, a noção de governamentalidade é essencial para a compreensão do poder político que extrapola as instâncias do Estado. Foucault desenvolveu o tema da individualização das racionalidades como uma racionalidade econômica que circularia não apenas nas instituições da sociedade e no aparelho estatal, mas cujo alcance seria perceptível na esfera de existência do homem empreendedor, que transforma “um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo)” (BROWN, 2019, p.31). Não se trata, portanto, de um neoliberalismo apenas como princípio de mercado ou de uma política econômica, mas de uma capitalização do trabalho que transforma cada indivíduo em um empresário de si mesmo, ou como diz Foucault em *Nascimento da Biopolítica (1978-1979)*, num *homo economicus*. Como observa Foucault, “o *homo economicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, mas é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008a, p.201).

Foucault não trata a burocracia como uma estrutura organizacional, que é predominante nas análises de Weber. O seu foco é a subjetividade dos indivíduos, e não a estrutura. Eles se distanciam neste aspecto, mas se aproximam na intencionalidade que movem os indivíduos nas engrenagens burocráticas, ou seja, “intenções e outros atributos da subjetividade que, supostamente, são recuperáveis a partir de uma compreensão interpretativa dos indivíduos que compõem as organizações, raramente apreendem os meios e formas pelos quais algumas representações subjetivas se tornam estrategicamente soberano” (CLEGG, 1994, p.1).

Se levarmos em conta que Foucault intensifica o seu pensamento com a prática política, temos um cenário em que a burocracia desponta como um governo de condutas e assujeitamentos. Esses assujeitamentos estão presentes em *Surveiller et Punir (1975)*, obra que foi fruto de extensas pesquisas sobre a história dos castigos – ou mais precisamente, as formas clássicas de castigos - ministradas no *Collège de France* nos anos de 1971-1972. É neste momento que se ocupa com os detalhes do corpo, o mesmo corpo que é utilizado, organizado e calculado como um instrumento político. Com efeito, o poder disciplinar teria a função de organizar o corpo no espaço e aumentar a sua eficácia de funcionamento. Isso não

significa que o poder disciplinar tenha sido um elemento benéfico para os presos. Com efeito, o interesse por Foucault pela prisão se articula com o tema da relação entre saber-poder. Ele também é assujeitado pela força física e ideológica com o objetivo de transformá-lo num corpo produtivo e submisso. A burocracia teria um papel fundamental na sujeição individual, levando o processo de racionalização a um patamar que transcenderia o poder estatal. Cabe lembrar que para Foucault a sujeição não se limita a impor algo, mas se alarga para uma anatomia política que se opera no corpo [...] como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2014a, p. 135-136).

Há muitas referências feitas por Foucault sobre o desenvolvimento técnico e o desenvolvimento dos Estados administrativos. Ela tem relação com a expansão comercial e urbana, a burocracia administrativa e o crescimento demográfico. E o desenvolvimento dos Estados administrativos também tem relação com o desenvolvimento das técnicas militares para a proteção das cidades e segurança nas relações comerciais no entorno das cidades. Essas técnicas mencionadas por Foucault dizem respeito à segurança e a gestão de controle das cidades em forma seriada, tais como uma [...] série dos elementos que se deslocam, série dos acontecimentos que se produzem, series indefinidas das unidades que se acumulam [...] na série indefinida dos elementos que se deslocam, há: a circulação, o número X de carroças, de passantes, o número X de miasmas; na dos acontecimentos, há: tantos barcos vão acostar, tantas carroças vão chegar; na série indefinida das unidades que se acumulam, há: quantos habitantes, quantas casas etc. (MOTTA, 2012, p.20).

Desde seus primeiros estudos sobre a loucura e as organizações penais, a temática da punição e das técnicas de poder centradas em corpos, seja de crianças, loucos, operários e presos, foram colocadas em prática em asilos, hospícios, hospitais, conventos, quartéis, com um planejamento burocrático de uma rotina diária administrada voltada para detentos, pacientes de hospitais, estudantes e internos de manicômios.

Essa engrenagem operaria a todo vapor nas organizações carcerárias, e foi potencializada pelo poder disciplinar que se apropriou dos procedimentos burocráticos. Com efeito, o poder disciplinar necessitou de uma organização burocrática para operar sobre o corpo e provocar a sua sujeição. Nesses procedimentos burocráticos, corpo e alma foram partes integrantes de uma tecnologia de poder num conjunto de normas e regulamentos administrativos. A burocracia atuaria na regulamentação de horários, na delimitação dos corpos nos espaços, no ritmo de trabalho, nas horas de descanso, na autoridade do diretor do presídio, na vigilância dos carcereiros, na autoridade médica, nos procedimentos dos enfermeiros, enfim, a burocracia atuaria como instância de poder que percorreria e atravessaria o corpo. Ela foi parte de uma maquinaria do poder que penetrou no corpo e na subjetividade dos indivíduos, moldando-o nas práticas disciplinares normalizadoras no próprio processo de resistência a essas mesmas práticas. Se a burocracia pode conduzir a um corpo normalizado, supõe-se também um corpo que resista ao poder de dominação burocrática.

O avanço dessa racionalidade é perceptível na constituição do sujeito sujeitado “no sentido de alguém controlado pela norma e regulado pelo biopoder” (CANDIOTTO, 2016, p.30). Ademais, nas estruturas carcerárias o poder disciplinar projeta os efeitos regulamentadores e disciplina às condutas individuais. Mas também se trata de individualidades que desafiam a racionalidade moderna, tal qual o julgamento de Pierre Rivière, que zombou da racionalidade jurídica, médico-legal e psiquiátrica.

II Burocracia e Estado governamentalizado

Segundo Gordon (1987, p.296), a partir dos cursos de 1978 e 1979, Foucault deu outro redirecionamento ao seu trabalho, deslocando-se dos estudos do microfísico, do particular e do regional, que individualizava racionalidades e estruturas de poder, para os estudos focados na macrofísica do poder. Havia a condição de que para entender o Estado era necessário compreender as práticas de governo, e

para se conhecer as prisões, era necessário compreender as práticas de punição. Foi uma fase de reflexões sobre a arte de governar ou a conduta das condutas. É quando a noção de governamentalidade passa a ser de interesse de Foucault, ajudando-o a compreender as complexas relações entre governo, política e Estado. Ele próprio definia o Estado como uma multiplicidade de governamentalidades. Cabe lembrar, conforme observa Gordon em relação a Weber, que em nenhum momento em seus estudos sobre racionalização é mencionado o termo racionalidade governamental, conforme foi utilizada por Foucault. Contudo, é interessante notar que Foucault explora um tema comum a Weber, o tema da individualização das racionalidades.

Desta forma, chamamos de individualização da racionalidade o avanço das racionalidades no âmbito individual, e que atuaria como um *ethos* e um modo de vida individual, sendo encarregado de produzir novas subjetividades.

Em seu curso no *College de France*, de 1 de fevereiro de 1978 sobre Governamentalidade, Foucault explica que o problema do governo se originou no século XVI como decorrência da superação da estrutura feudal e da chegada dos grandes estados territoriais. Os problemas de governo estenderam-se para o problema do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problema do governo das crianças, problemática central da pedagogia, que aparece e se desenvolve no século XVI; enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes. Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível etc. (FOUCAULT, 1979, p.277).

Ao propor uma aproximação do Estado Providencialista com a noção de governamentalidade, ele teve como perspectiva as estratégias de circulação e necessidade de governar e controlar os habitantes de um território. Com o conceito de governamentalidade, Foucault amplia as suas análises sobre os domínios do poder. A governamentalidade aparece como uma maquinaria de poder que reabsorve e dilui diferenças, impondo uma normatização de comportamentos numa lógica de racionalização da vida social e comportamental dos indivíduos. Por conseguinte, Foucault listou alguns temas ligados as pesquisas sobre governamentalidade, ressaltando a proeminência de um tipo de governo específico “que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1979, p.291).

A governamentalidade é uma nova economia do poder que se manifesta sobre os corpos. É uma perspectiva que vai além da dominação e é incompatível com as relações de soberania. Foucault alarga o conceito de governo quando introduz “as artes de governar”, aos “modos de governo”, que corrigem, orientam, dirigem, protegem, articulando-se ao menos três práticas de governo: política, ética e econômica. Metodologicamente, o conceito de governamentalidade foi utilizado para referir-se ao governo sem recorrer precisamente a palavra Estado. “Podemos fazer a genealogia do Estado moderno e dos seus diferentes aparelhos a partir de uma história da razão governamental” (FOUCAULT, 2008, p.476).

No conceito de governamentalidade, a burocracia não se limita às técnicas disciplinares. Ela potencializa um conjunto de técnicas de governo direcionadas as ações administrativas para o controle da população. Trata-se de temas ligados as relações de poder e problemas ligados ao Estado. Ela tem um foco em aparatos específicos de governo como a lógica da seguridade social e se dissemina na sociedade por meio de políticas de inclusão e seguridade que dissimulam uma regulação de comportamentos. Os programas de seguridade estão presentes em áreas diversas, tais como saúde, habitação, educação e em programas sociais.

Há reflexões que aproximam o tema da seguridade social com a burocracia nazista e fascista. Em um trecho da entrevista feita para Alexandre Fontana, intitulada “*Verdade e Poder*”, Foucault refletiu sobre os excessos de poder aparelhados no Estado nazista e estalinista, assim como a burocracia que sustentava o sistema político. O interesse pelos excessos do poder não era sem propósito. “Na atualidade o sistema de seguridade burocrático não desempenharia o papel, sereno, frio e calculista, característico da burocracia, de deixar viver e fazer morrer?” (Branco, 2015, p.110).

Ao analisar a Seguridade Social Francesa, Foucault remete a um texto escrito em 1947 pelo jurista Pierre Laroque, que desmonta a tese de que a seguridade se justificaria pelo papel econômico. Na lógica

de Laroque, a seguridade seria paga pelo próprio trabalhador, cobrando-lhe encargos sociais sobre o salário. Do que é pago ao trabalhador, uma parte corresponderia as prestações sociais em forma de encargos sociais. Ou seja, é o próprio salário do trabalhador que paga a seguridade social (FOUCAULT, 2008).

Na ótica de Foucault subentende-se na seguridade social o caráter excludente das práticas incluídas, tais como a seguridade social mencionada por Branco (2013), e outros mecanismos de controle com propósitos normalizadores. Exemplo, nesse sentido, é a moral da poupança, que seria utilizada como parte de uma disciplina de poder no século XIX, sobre a qual seria divulgada a crença de que salários baixos estimulavam o lucro do trabalhador, evitando o consumo desenfreado. “Hoje, ocorre o contrário, ou seja, uma exaltação ao consumo [...] os economistas descobriram o potencial do mercado interno: maior consumo, maiores lucros” (FOUCAULT, 2012a, p.23).

Em termos gerais, a regra seria a não exclusão na burocracia da seguridade. Isso significaria a não exclusão de um jogo econômico. A seguridade seria uma espécie de “imposto negativo” que não visaria combater a pobreza, mas apenas agir sobre os efeitos da pobreza. Ela também seria uma forma de impedir a redistribuição de renda e o combate à pobreza absoluta. Ademais, foi também uma forma de combater o avanço das políticas socialistas.

“Se se entender por política socialista uma política na qual se procurará atenuar os efeitos da pobreza relativa devida a uma diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres, é absolutamente evidente que a política implicada pelo imposto negativo ao contrário de uma política socialista” (FOUCAULT, 2008, p.282).

Não ter mais medo, estar seguro, estar coberto, não ter prejuízo, beneficiar-se de um programa social, ser atendido por um médico; tudo está muito próximo das estratégias biopolíticas e das tecnologias de medo. Ricos e pobres são estimulados a ingressar na seguridade. O medo de perder bens materiais e vidas está presente em todas as classes sociais. Não é ocasional a expansão da seguridade e das tecnologias do medo, estimulado pela “consciência dos riscos e incertezas econômicas que acompanham o empreendedorismo socialmente esperado” (LEMKE, 2017, p.71). Em certo sentido, a individualização das racionalidades é parte constituinte da seguridade social. Sentir medo é fazer parte de uma sociedade segregada e dividida entre particulares, numa “linha de demarcação que se materializa especialmente em condomínios fechados [*gated communities*]” (LEMKE, 2017, p.72). Este medo, analisado por Holert em *Angst Essen Seele* (2001), se propaga e “individualiza a sociedade” (HOLERT, 2001, p.24). Trata-se de uma ampliação do conceito de segurança para além de um Estado autoritário e Estado de Direito. Por isso que falar em segurança para Foucault é também falar em “relações sociais. Ela se apoia em fatos estatísticos, em cálculos de riscos e em rotinas sociais” (LEMKE, 2017, p.70).

O controle social burocrático está por trás dessas engrenagens que aparentemente estão apenas gestando, planejando e administrando pessoas para lhes darem “segurança”. Segundo Lemke, “para além da experiência estética da insegurança controlada, há também um interesse no cálculo de risco que é fruído como liberdade em férias de aventuras, alpinismo, experiências com drogas, etc”. (Lemke, 2017, p. 75). A seguridade, portanto, promove um nivelamento por baixo, passando a impressão de uma segurança geral, mas que dissimula para o resto da sociedade que “vai-se deixar agir, precisamente, os mecanismos econômicos do jogo, os mecanismos da concorrência, os mecanismos da empresa” (FOUCAULT, 2008, p.283).

No mais, o caráter da sedução da seguridade incide em um falso sentimento de pertencimento e inclusão. Não se trata de uma sedução meramente mercadológica, mas de uma relação de dependência e assujeitamento, que está submetido a constantes alterações burocráticas. Além disso, surgem instituições de assistência, algumas no início vinculadas à Igreja, mas, sobretudo, “vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade, etc.” (FOUCAULT, 1999, p.291).

A compreensão da burocracia em Foucault passa pelo entendimento de um alargamento da noção de governo. Tal noção é analisada por Foucault nos cursos “Segurança, Território e População”, “Nascimento da Biopolítica” e em “Defesa da Sociedade”, também conhecido como “Genealogia do

Racismo”, obras que podem ser consideradas, em seu conjunto “uma genealogia da racionalidade política moderna” (CASTRO, 2016, p.124).

Em Foucault, ela é mais ampla e promove novas técnicas de governo na contemporaneidade. Pode-se falar de governo de si mesmo e das formas de governo sobre os outros. Todas elas estão imbricadas. Não é apenas uma relação consigo mesmo, e, por esse motivo, tal discussão conduzirá Foucault a estudos sobre o poder pastoral, polícia e dispositivos de confissão. “[...] devemos considerar que relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno dessas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética” (FOUCAULT, 2010, p.225).

Segundo Michel Senellart, o surgimento do poder pastoral remete a uma dupla face da racionalidade moderna, que é individualizante e totalizante, e tem uma relação direta com o fortalecimento do Estado do bem-estar social. Por isso, é considerada a matriz da razão política moderna. “Estas duas tendências vinham se articular, no século XVIII, na teoria do Estado de polícia, ou seja, de um Estado que tende a aumentar o seu poder, cuidando, de uma maneira minuciosa e metódica, da felicidade de seus súditos (de onde o nome de Estado de bem-estar, *Wohlfahrtsstaat*, pelo qual é também designado”. (SENELLART, 1995, p.2).

Sennelart (1995), ao contrário de Melinda Cooper, centrou suas análises no enfraquecimento do Estado de bem-estar social. Cooper (2017) sinalizou para um seguro mútuo entre o Estado e a família, que combinaria objetivos econômicos e objetivos morais. Trata-se de uma visão conservadora que atribuiria ao âmbito privado familiar e não o Estado de bem-estar social da responsabilidade da educação das crianças. A família seria a guardiã da autoridade e da moralidade. A tarefa da família seria frear os excessos democráticos praticados pelo Estado do bem-estar social, especialmente relativos ao acesso dos mais pobres ao ensino superior gratuito. Cooper (2017) percebeu uma relação de concordância entre conservadorismo social e família tradicional. Estado e defensores conservadores da família estariam defendendo os mesmo valores, mas por vias diferentes. O medo não seria mais estar descoberto pelo Estado. O medo deveria ser superado pelo empreendedorismo individual que lhe daria a segurança econômica, e ao mesmo tempo, seria o impulso vital para a preservação de suas convicções morais e políticas. É como que se uma autoburocracia e um autogerenciamento de si mesmo provocasse uma mudança abrupta de valores, a ponto de converter “trabalho em capital humano [...] reposicionando e reorganizando o Estado” (Brown, 2019, p.30). Segundo Foucault (2008), a governamentalidade liberal tornou o indivíduo um empresário de si mesmo, um burocrata de si mesmo, de maneira que a questão da liberdade individual e a questão da segurança individual tornaram-se questões inelutáveis para o empresário, ou seja, o foco seria a proteção dos interesses individuais contra os interesses coletivos. Outra condição básica da governamentalidade liberal foi a de que os interesses coletivos não interferissem na liberdade individual. “É necessário também que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores. A liberdade dos trabalhadores não pode se tomar um perigo para a empresa e para a produção.” (FOUCAULT, 2008a, p.89). Brown (2019) observa que Foucault chama esse sujeito empreendedor autoburocrata que zela por sua liberdade de uma multidão de empresas. Segundo Brown “Esse portfólio inclui o cuidado com os filhos, educação, saúde, a aparência e - a provisão para a velhice” (BROWN, 2019, p.50).

Com o conceito de governamentalidade, a burocracia se expande para além do controle social dos corpos assujeitados, dóceis e úteis. Nessa burocracia, a engrenagem administrativa não se limitaria a administrar, enquadrar e a fixar. A arte de governar envolveria também uma autoadministração, um autogerenciamento, uma autoburocratização, ou seja, novas formas de controle nos modelos de organização contemporâneo de automação, internet, tecnologia e novas relações de trabalho. Também envolveria um governar a si mesmo na reorganização produtiva do trabalho contemporâneo. O que não significa que trabalhadores estivessem desvincilhados da questão da exploração da mão de obra ou da escravidão salarial; mas o corpo estaria em fuga, como se retornasse ao cenário da fábrica modelo, onde a casa mantinha-se separada do local de trabalho. O tempo transformado em produto permaneceria, mas sua assimilação seria distinta. A diferença é que ele não está apenas na casa ou na fábrica, mas estaria em espaços não demarcados e em contínuo movimento.

Nessa autoadministração dos corpos, os indivíduos vendem o tempo e fluem em ambientes de trabalho heterogêneos. Ela pode ser exteriorizada, como já era anteriormente, mas ela nos escapa no “corpo fluido” que se reinventa nas heterotopias burocráticas. Na maioria das vezes, o trabalho aconteceria em ambientes que sequer lembrassem um escritório, uma indústria, uma fábrica ou uma empresa. Assim, os indivíduos não seriam visíveis na engrenagem da burocracia e alguns nem estariam tão familiarizados com rotinas e horários. O corpo estaria sempre recebendo ordens do superior e estaria a par de procedimentos normalizadores. “A exploração do trabalho se radicaliza na ordem tecnoempresarial, desmantelando e desorganizando as associações operárias, centrais e sindicatos, promovendo a terceirização” (RAGO, 2015, p.51).

Mas qual é o sentido de se falar em heterotopia burocrática? A princípio, heterotopias não são carregadas de negatividade. Elas também podem ser os espaços heterotópicos do desvio (como prisões, clínicas psiquiátricas, asilos para idosos e casas de repouso); espaços proibidos ou espaços heterocrônicos (bordeis e casas de parto); espaços que se diluem e/ou congelam no tempo (cemitérios), espaços de purificação (purificação religiosa e higiênica), espaços que justapõe realidades em vários espaços (teatros, cinemas, jardins). Remete também ao teatro e às feiras que se situavam às margens das cidades, com os seus personagens circenses, como espaços ligados ao tempo e a eternidade. Há também o espaço de invenção, isso pode ser notado, ao ver uma criança saltar no colchão da cama. A criança transforma e sobrepõem espaços. O espaço que a criança imagina é onírico. O seu quarto pode ser uma floresta, uma montanha, uma cachoeira. Podem ser espaços que concentram a realidade como uma ilusão, à maneira dos jardins, teatros e salas de cinemas. Todos projetam e criam novos espaços. É como uma concentração da realidade. Segundo Foucault “a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, p.24).

Foucault define esses espaços heterotópicos como espaços “absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como contraespaços” (FOUCAULT, 2013, p.20). São, portanto, espaços reais que também podem estar carregados de tensas relações de poder. São os chamados “espaços de tensões”, como às prisões, espaços destinados aos indivíduos com comportamentos desviantes. A essas pessoas, são reservadas às heterotopias do desvio, os espaços de exclusão, espaços punitivos e espaços disciplinares. São também espaços onde se opera, contesta e se produz poder. “Isto significa que os lugares que a sociedade dispõe em suas margens, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2013, p.22).

No seu ensaio *As Heterotopias* (1966), duas conferências radiofônicas feitas nos dias 7 e 21 de dezembro de 1966, no *France-Culture*, Foucault deixa transparecer a sua visão sobre a burocracia. Essa burocracia que opera além dos locais tradicionais e está afastada dos locais sacralizados. Esses espaços são caracteristicamente incomuns, múltiplos e complexos. Ele os denomina de “espaços outros” em contraposição aos “espaços dos mesmos”. Com efeito, a expansão da burocracia, da tecnologia e o exercício do poder no contexto da racionalidade ocidental, propiciou o crescimento desses espaços que contestam os espaços sacralizados. As suas formas são variadas. As heterotopias estão presentes no cotidiano administrativo das sociedades modernas, seja nas zonas rurais, seja nos grandes centros urbanos. Com observa Foucault “não há, provavelmente, nenhuma sociedade que não constitua sua heterotopia ou suas heterotopias. Na verdade, porém, essas heterotopias podem assumir, e assumem sempre, formas extraordinariamente variadas, e talvez não haja, em toda a superfície do globo ou em toda a história do mundo, uma única forma de heterotopia que tenha permanecido constante” (FOUCAULT, 2013, p.21).

Falar em heterotopia burocrática é problematizar os novos espaços burocráticos na modernidade. E espaços para Foucault estão relacionados a criação de contraespaços, espaços que produzam sujeitos dóceis e obedientes às administrações burocráticas, hierárquicas e segmentadas. Foucault tem em vista esse mundo de trabalho burocrático, cujo trabalhador oscila em uma nova configuração capitalista com “múltiplas redes e espaços simultaneamente. Nesse regime que substitui a identidade pela senha, os indivíduos devem ser capazes de autoadministrarem-se, assumindo os riscos, sob pena de serem considerados perdedores e fracassados” (RAGO, 2015, p.50).

Em Foucault, a perda de autonomia individual é definida como assujeitamento; ou seja, os indivíduos são submetidos a processos de objetivação e de subjetivação que transformam os homens em sujeitos. Mas em pessoas livres, a burocracia se expande e flui além de suas atribuições iniciais e pode comprometer a autonomia. “É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito” (FOUCAULT, 1995, p.235).

Pode-se dizer que Foucault não coloca em xeque a razão em si e os valores que estão por trás dessa razão burocrática. O significado valorativo da razão não é o seu objeto em si, nem mesmo se ela é importante para um regime político ou para a economia de um país. No entanto, demonstra interesse pelas histórias das subjetividades e os modos de objetivação dos sujeitos. Com efeito, subjetividades fragmentadas e excluídas e punidas pela loucura, pela doença, clandestinidade, doenças e delinquência. De outro lado, objetividades que transformam sujeitos em saberes médicos, psiquiátricos e jurídicos.

Conclusão

Todo o esforço desse artigo teve como objetivo analisar as considerações foucaultianas acerca do tema da burocracia, relacionando-a com as modalidades de poder analisadas por Foucault. Sabe-se que a burocracia para Foucault foi parte constituinte dos excessos de poder que não decorreram somente dos problemas econômicos, mas também decorreram dos excessos praticados pelos aparelhos de Estado totalitários que conduziram a uma condição humana de miséria, fome, tortura e desumanização nos campos de concentração. Pode-se dizer que as análises de Foucault tiveram como foco os excessos das formas totalitárias de poder e as respectivas racionalidades políticas.

Mas cabe lembrar que o poder para Foucault não teve a sua origem na burocracia estatal. Tal burocracia não se materializou apenas na propriedade e nas instituições. Ela também foi parte constituinte da individualidade humana. Se ela está no Estado, ela também está dispersa nos poderes privados. A burocracia também não está subordinada apenas ao sistema produtivo. A sua existência e operacionalidade também se condiciona aos mecanismos disciplinares dos regimes punitivos das sociedades contemporâneas. Essa racionalização privada, ou individualização das racionalidades, exauriu os princípios básicos do Estado do Bem-Estar Social, além de provocar uma mudança na produção de subjetividades. Não se trata apenas de uma defesa da economia de mercado, mas de um mercado que também necessita de um suporte político, que ele chama de governamentalização do Estado, baseado nas mudanças de condutas, que realoca os sujeitos no sistema econômico capitalista, o que os torna mais tolerantes as recessões econômicas e independentes em relação do Estado do Bem-Estar Social. Na governamentalidade liberal a burocracia estaria no cerne das práticas de controle e vigilância da população carcerária, assim como nas políticas administrativas liberais que promovem programas e dispositivos de seguridade social.

A burocracia também para Foucault tem um sentido de exclusão, pois ao voltar seus estudos para a racionalidade ocidental, centrou-se numa série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados cientificamente, tais como a desrazão, a loucura, a sexualidade, o corpo, os ilegalismos, a anormalidade, o desviante, o criminoso, a monstruosidade, enfim, em tudo aquilo que desconcertava a racionalidade ocidental. Com efeito, as suas análises foram fundamentais nas investigações sobre a “constituição do que somos e daquilo que fizemos e fazemos com nós mesmos” (ALBUQUERQUE JR, VEIGA-NETO & FILHO, 2011, p.9).

Outro aspecto diz respeito aos desvios da burocracia. Ele a trata como uma forma de racionalização descontínua que embaralha sistemas formais de organização. Ele não a compreendia como um dever humano rumo a um progresso universal da humanidade. Neste ponto ele está muito próximo de Max Weber.

Certamente para Foucault, nenhuma instituição foi plenamente controlada pela burocracia. Em hospitais, por exemplo, poderá haver sujeira onde às regras determinam a insalubridade e, poderá haver contaminação e infecções em pacientes graves em alas que não deveriam ter micro-organismos. Não há insalubridade onde predomina a burocracia. Em todas as instituições encontramos válvulas de escape para o desmonte burocrático. Weber também teve essa percepção, pois para ele, a burocracia e a vida não eram feitas apenas de regras, normas e regulamentos. Com efeito, a desorganização pode reinar onde deveria ser organizado. Infecções hospitalares, acidentes de trabalho, falências, desentendimentos, processos, demissões, contaminações, cronogramas não cumpridos, fugas de manicômios, prisões, enfim, a burocracia seria subvertida no cotidiano das sociedades modernas.

Cabe notar que, para Foucault, o indivíduo não está preso às malhas burocráticas. Sua visão de poder não permitiria ver o indivíduo inerte no poder burocrático. Em vista disso, Foucault não se preocupa em fazer uma defesa de valores e atitudes racionais ou irracionais. Ele não parte dos princípios que movem as condutas e objetivos de uma ação racional ou irracional. Diferente de Weber, não prioriza a crença consciente no valor de uma ação para lhe dar sentido na tessitura social. Não são as ações dos agentes o seu foco de interesse. Contrariando muitas interpretações weberianas, Schluchter afirma que Weber “não fala apenas de ‘meios’ ou ‘fins’, mas também de ‘valor’. No entanto, ao contrário do conceito de fim, Weber deixa o conceito de ‘valor’ indeterminado” (SCHLUCHTER, 2014, p.221-222). Seu investimento, portanto, se dá nas relações entre racionalização e poder e não num julgamento da razão.

No mais, conforme foi observado, burocracias são tipos extremos de heterotopias. Em suas mais variadas formas, tentam sem êxito regulamentar a vida em todos os espaços. Horários, regulamentos, espaços hierarquizados com cargos variados, sua organização repousa no desejo de se estabelecer um ordenamento de longo alcance para que cada indivíduo cumpra o seu dever.

Por fim, ressaltamos que a burocracia para Foucault não nos cria um mundo familiar e asséptico de confusões e contratempos, mas descontínuo, informal, espaços heterotópicos que fluem nas práticas cotidianas visíveis a olho nu.

Referências

- ALBUQUERQUE JR, D. M de; VEIGA-NETO, A.; FILHO, A. de S. Apresentação. *In: Durval Albuquerque Junior, M., Veiga-Neto, A. & Souza Filho, A. (Org.) Cartografias de Foucault*. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BERT, J. F. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.
- BROWN, W. **Nas Ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Ed. Filosófica Politéia, 2019.
- BRANCO, G. C. A Seguridade social em Michel Foucault. **Ecopolítica**. São Paulo. v.5, pp. 76-89, jan./abr, 2013.
- BRANCO, G. C. **A Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CANDIOTTO, C. Sujeito, agonística e seus desdobramentos políticos no pensamento de Michel Foucault. *In: NALLI, M.; MANSANO, S. R. V. (Org.). Desdobramentos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CLEGG, Stewart. Weber and Foucault: Social Theory for the Study of Organizations. 1994. Disponível em <**Weber and Foucault: Social Theory for the Study of Organizations**>. Acesso em 01 de Junho de 2022.
- CHIGNOLA, S. Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze. **Cadernos IHU Ideias**. ano 12, nº 214, vol. 12. 2014.

- COOPER, M. **Family Values**. Between neoliberalismo and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.
- FOUCAULT, M. A Governamentalidade. *In: A Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. O Sujeito e o poder. *In: DREYFUS H. L.; RABINOW, P. (Org.), Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 205-298, 1995.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**: curso no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **O Nascimento da biopolítica**: curso dado no *College de France*: (1978-1979) São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **O Governo de si e dos outros**: curso no *Collège de France* (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. Loucura, uma questão de poder. *In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos*. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp.104-169, 2012a.
- FOUCAULT, M. **O Corpo utópico**: As Heterotopias. São Paulo: n-1, edições, 2013.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, M. A Ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos*. 5 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 258-280. 2014a.
- LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2017.
- GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: Fundação da Editora Unesp, 1998.
- GORDON, C. The Soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on rationality and government. Rationality and government. *In: WHIMSTER, S.; LASCH, S. (Org.). Max Weber, rationality and modernity*. United Kingdom: Allen & Unwin, pp. 293-316, 1987.
- HOLERT, T. **Angst essen Seele auf**. *Jungle World*, 31 de Outubro. pp. 24-25, 2001.
- MOTTA, M. B. Apresentação. *In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos*. 8 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 4-15, 2012.
- NEGRI, A. **Quando e como eu li Foucault**. São Paulo: n-1 Edições, 2016.
- RAGO, M. **Inventar outros espaços**: criar subjetividades libertárias. São Paulo: ECidade, 2015.
- SCHLUCHTER, W. **O Desencantamento do mundo**: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- SENEILLART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7(1-2), 1-14, outubro, 1995.